



ACÓRDÃO Nº397/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11499/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS
- 4- **Responsável:** Miberwal Ferreira Jucá
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer Nº 7612/2019- MPC, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - ADS. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Miberwal Ferreira Jucá**, responsável Agência de Desenvolvimento Sustentável - ADS, exercício 2015.
- 10.2. **Aplicar Multa**, em virtude da ausência de portaria de designação de fiscais de contrato (contratos 110/2015 e 275/2015), ausência de despacho de homologação/adjudicação (contratos 110/2015 e 275/2015), não alimentação de dados (processos licitatórios deflagrados em 2015) no sistema e-Contas e descumprimento do art. 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 (contrato n.º 047/2015), ao **Sr. Miberwal Ferreira Jucá** no valor de **R\$ 1.706,80** com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, que deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº397/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Dar ciência** do desfecho dos autos ao **Sr. Miberwal Ferreira Jucá** e à atual gestão da Agência de Desenvolvimento Sustentável.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva pela Irregularidade das Contas com multa ao Gestor.

11- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Abril de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral